

### **3. APARATO INSTITUCIONAL DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL**

**U**m documento apresentado pelos engenheiros Vinicius Fuzeira de Sá e Benevides, Ciro Loureiro Rocha e Roberto Moreira Coimbra, do Ministério das Minas e Energia (DNAEE/CGRH), no seminário sobre Irrigação, Política de Águas e Implicações Legais (realizado na sede do Banco Mundial, em Washington, em outubro de 1993), aborda o tema de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Brasil: Aspectos Institucionais e Administrativos.

As preocupações dos legisladores brasileiros com o gerenciamento de recursos hídricos remontam a 1907, mas somente em 10 de julho de 1934 foi promulgado o Código de Águas, que, com as modificações posteriores, disciplina o assunto. Quando de sua promulgação esse Código podia ser considerado avançado, dado que previa a gestão integrada e o aproveitamento múltiplo dos recursos, e, de certa forma, antecipava o princípio do poluidor/pagador.

A competência para gerir o sistema previsto foi atribuída inicialmente ao Ministério da Agricultura, até ser transferida, em 1961, para o Ministério das Minas e Energia (criado em 1960), ao qual foi incorporado o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), por transformação da anterior Divisão de Águas do DNPM/MA.

O DNAEE continua a ser o principal órgão encarregado de administrar o sistema de concessões (em casos de utilidade pública), autorizações e permissões (para derivações insignificantes) para todos os usos da água, salvo no que concerne à irrigação, que é de responsabilidade

do Ministério da Integração Regional, através de sua Secretaria Nacional de Irrigação (Senir).

Ao longo dos anos tem-se procurado evoluir para um sistema de gerenciamento mais integrado e eficiente, destacando-se as seguintes iniciativas:

- acordo entre o MME e o governo do estado de São Paulo, firmado em 1986, para melhorar as condições sanitárias dos rios Tietê e Cubatão;
- criação do Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas - CEEIBH, através de Portaria Interministerial nº 90, de 29/3/78, para desenvolver atividades de estudos, planejamento e cooperação na área de recursos hídricos, como núcleo central de um conjunto de comitês executivos a serem criados para as principais bacias hidrográficas do país;
- Grupo de Trabalho Interministerial (Portaria nº 661 do MME, de 5/5/88), de cujos esforços resultou a inclusão na Constituição de 1988 do artigo 21, inciso XIX, que atribui à União a responsabilidade de instituir um Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Para implementar o dispositivo constitucional, o Decreto nº 99.400, de 18/7/90, criou um Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que elaborou um projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional (nº 2249/91), através da Mensagem nº 640, de 14/11/91 (ver capítulo 11 da parte 2 deste trabalho, onde esse projeto é analisado em detalhes).

Da experiência do DNAEE resultou a concepção de um sistema de gerenciamento, que integra políticas, instrumentos e organizações e se baseia em um conjunto de princípios, entre os quais se destacam:

- o acesso à água deve ser um direito de todos;
- a distribuição da água deve ser feita segundo critérios econômicos, sociais e ambientais;
- a unidade de planejamento de recursos hídricos deve ser a bacia hidrográfica;
- o sistema de planejamento deve ter um órgão central, de caráter normativo, mas a administração dos recursos deve ser feita de forma descentralizada, com a participação dos usuários.

Aparentemente, o sistema visualizado pelo DNAEE contempla um conjunto hierarquizado de colegiados, sendo um de nível superior, com funções normativas e de planejamento, e vários comitês executivos, em nível de bacias hidrográficas, todos apoiados por uma secretaria executiva. Um projeto vem sendo desenvolvido para a bacia do Rio Doce, dentro do Acordo de Cooperação Técnica Brasil/França, procurando simular as condições de operação de uma agência para essa bacia.

A conclusão final é que o sistema previsto na nova Constituição ainda não foi bem definido, enquanto o sistema anterior foi desarticulado com a equivocada reforma administrativa do governo Collor. A situação atual é de grave crise institucional, tanto no campo da gestão de recursos hídricos quanto da administração pública em geral.